

Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil





Iguatemi Business
Avenida Nilo Peçanha, 2.900
9º andar –Chácara das Pedras
91.330-001- Porto Alegre- RS - Brasil
Tel: +55 51 3204-5500
ey.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
Marau - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	610.808	568.851	CIRCULANTE	297.726	242.644
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.865	4.132	DEPÓSITOS (NOTA 12)	138.382	103.709
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	11.788	-	Depósitos à Vista	107.321	77.875
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.788	-	Depósitos a Prazo	31.061	25.834
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	54.852	52.508	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	122.498	107.017
Carteira Própria	54.852	52.508	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	7	1
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	245.850	274.095	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	122.491	107.016
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	4	-	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.603	1.451
Tesouro Nacional—Recursos Crédito Rural	123	119	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.603	1.451
Correspondentes no país	47	70	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	-	4.960
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	245.676	273.906	Empréstimos País - Outras Instituições	-	4.960
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	267.610	222.821	OUTRAS OBRIGAÇÕES	35.243	25.507
Operações de Crédito	277.294	231.346	Cobrança e Arrecadação de Tributos	124	76
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.684)	(8.525)	Sociais e Estatutárias	7.010	5.257
OUTROS CRÉDITOS	20.799	14.208	Fiscais e Previdenciárias	2.150	1.923
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 07)	74	49	Diversas (NOTA 15)	25.959	18.251
Rendas a Receber	1.638	1.414			
Créditos Específicos	202	190			
Diversos (NOTA 07 e 08)	19.323	12.872			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(438)	(317)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	2.044	1.087			
Outros Valores e Bens	2.185	1.054			
(Provisão para desvalorização)	(181)	(20)			
Despesas Antecipadas	40	53			
NÃO CIRCULANTE	199.911	98.409	NÃO CIRCULANTE	371.325	303.174
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	39.649	2.824	DEPÓSITOS (NOTA 12)	360.373	297.926
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	39.649	2.824	Depósitos Interfinanceiros	5.548	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	130.075	68.484	Depósitos a Prazo	354.825	297.926
Operações de Crédito	136.505	74.032	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	10.952	5.248
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.430)	(5.548)	Repasse Interfinanceiros	10.952	5.248
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07 e 08)	4	1			
Diversos	4	1			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	13.759	13.203	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	141.668	121.442
Outros investimentos	13.759	13.203	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	52.126	48.235
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	11.741	10.370	De Domiciliados no País	52.339	48.438
Imóveis de Uso	3.496	3.496	(Capital a Realizar)	(213)	(203)
Outras Imobilizações de Uso	15.337	13.541	RESERVAS DE SOBRAS	84.505	68.292
(Depreciação acumulada)	(7.092)	(6.667)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.037	4.915
INTANGÍVEL (NOTA 11)	4.683	3.527			
Outros Ativos Intangíveis	8.902	6.822			
(Amortização acumulada)	(4.219)	(3.295)			
TOTAL DO ATIVO	810.719	667.260	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	810.719	667.260

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	38.765	-	38.765	70.778	-	70.778	64.916	-	64.916
Operações de Crédito	36.200	-	36.200	66.426	-	66.426	60.360	-	60.360
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	2.564	-	2.564	4.342	-	4.342	4.550	-	4.550
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	10	-	10	6	-	6
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(17.011)	(48)	(17.059)	(33.955)	(88)	(34.043)	(42.417)	(700)	(43.117)
Operações de Captação no Mercado	(10.918)	(48)	(10.966)	(20.532)	(88)	(20.620)	(28.333)	(63)	(28.396)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3.099)	-	(3.099)	(6.201)	-	(6.201)	(5.476)	(637)	(6.113)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.994)	-	(2.994)	(7.222)	-	(7.222)	(8.608)	-	(8.608)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.754	(48)	21.706	36.823	(88)	36.735	22.499	(700)	21.799
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(10.357)	3.807	(6.550)	(17.952)	6.965	(10.987)	(6.939)	5.849	(1.090)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.498	8.036	12.534	8.259	14.996	23.255	6.591	12.156	18.747
Rendas de Tarifas Bancárias	3.124	-	3.124	5.976	-	5.976	4.988	-	4.988
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(12.859)	(1.658)	(14.517)	(24.148)	(3.105)	(27.253)	(22.266)	(2.604)	(24.870)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(8.905)	(1.720)	(10.625)	(16.788)	(3.171)	(19.959)	(16.241)	(2.455)	(18.696)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(18)	(374)	(392)	(38)	(696)	(734)	(48)	(509)	(557)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	11.278	225	11.503	22.482	256	22.738	30.766	151	30.917
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(7.475)	(702)	(8.177)	(13.695)	(1.315)	(15.010)	(10.729)	(890)	(11.619)
RESULTADO OPERACIONAL	11.397	3.759	15.156	18.871	6.877	25.748	15.560	5.149	20.709
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(192)	(2)	(194)	(56)	8	(48)	1.101	(14)	1.087
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.205	3.757	14.962	18.815	6.885	25.700	16.661	5.135	21.796
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	(504)	(504)	-	(1.489)	(1.489)	-	(1.419)	(1.419)
Provisão para Imposto de Renda	-	(286)	(286)	-	(858)	(858)	-	(829)	(829)
Provisão para Contribuição Social	-	(218)	(218)	-	(631)	(631)	-	(590)	(590)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	11.205	3.253	14.458	18.815	5.396	24.211	16.661	3.716	20.377
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	5.194	(5.194)	-	3.716	(3.716)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	11.205	3.253	14.458	24.009	202	24.211	20.377	-	20.377
DESTINAÇÕES	-	-	-	(18.972)	(202)	(19.174)	(15.462)	-	(15.462)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(2.484)	-	(2.484)	(1.823)	-	(1.823)
Fates - Estatutário	-	-	-	(969)	-	(969)	(848)	-	(848)
Fates - Ato Não Cooperativo	-	-	-	-	(202)	(202)	-	-	-
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(12.594)	-	(12.594)	(11.017)	-	(11.017)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.150)	-	(2.150)	(1.605)	-	(1.605)
Fundo Filantrópico	-	-	-	(194)	-	(194)	(169)	-	(169)
Outras Destinações	-	-	-	(581)	-	(581)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	5.037	-	5.037	4.915	-	4.915

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	44.044	54.133	-	4.105	102.282
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	1.362	-	-	(2.720)	(1.358)
Destinações para reservas	-	1.368	-	(1.368)	-
Outras destinações	-	-	-	(17)	(17)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.499	-	-	-	2.499
Baixas de capital	(1.476)	-	-	-	(1.476)
Resultado do período	-	-	-	20.377	20.377
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(848)	(848)
Reserva Legal - Estatutária	-	11.017	-	(11.017)	-
Fundo Filantrópico	-	-	169	(169)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.806	-	-	(1.823)	(17)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.605	-	(1.605)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	48.235	68.123	169	4.915	121.442
Mutações do Período	4.191	13.990	169	810	19.160
Saldos no início do período em 01/01/2018	48.235	68.123	169	4.915	121.442
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	1.630	-	-	(3.257)	(1.627)
Destinações para reservas	-	1.638	-	(1.638)	-
Outras destinações	-	-	-	(20)	(20)
Capital de associados					
Aumento de capital	2.522	-	-	-	2.522
Baixas de capital	(2.701)	-	-	-	(2.701)
Reversão de Outras Reservas	-	-	(169)	-	(169)
Resultado do período	-	-	-	24.211	24.211
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(969)	(969)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	-	(202)	(202)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.594	-	(12.594)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.440	-	-	(2.484)	(44)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.150	-	(2.150)	-
Fundo Filantrópico	-	-	-	(194)	(194)
Outras Destinações	-	-	-	(581)	(581)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	52.126	84.505	-	5.037	141.668
Mutações do Período	3.891	16.382	(169)	122	20.226
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	50.087	69.761	169	9.753	129.770
Capital de associados					
Aumento de capital	1.520	-	-	-	1.520
Baixas de capital	(1.921)	-	-	-	(1.921)
Reversão de Outras Reservas	-	-	(169)	-	(169)
Resultado do período	-	-	-	14.458	14.458
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(969)	(969)
Destinação FATES - Ato não Cooperativo	-	-	-	(202)	(202)
Reserva Legal - Estatutária	-	12.594	-	(12.594)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.440	-	-	(2.484)	(44)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.150	-	(2.150)	-
Fundo Filantrópico	-	-	-	(194)	(194)
Outras Destinações	-	-	-	(581)	(581)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	52.126	84.505	-	5.037	141.668
Mutações do Período	2.039	14.744	(169)	(4.716)	11.898

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC
CNPJ/MF nº 87.795.639/0001-99

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	14.626	27.976	24.215
Resultado do semestre/exercício	14.458	24.211	20.377
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	168	3.765	3.838
(Reversão) Provisão para operações de crédito	(229)	2.041	2.170
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	161	161	20
Provisão para desvalorização de outros créditos	77	121	8
Depreciação do imobilizado de uso	819	1.572	1.221
Amortização do intangível	492	923	827
Baixas do ativo permanente	38	70	7
Provisão para passivos contingentes	75	35	169
Destinações ao FATES	(1.171)	(1.171)	(848)
Dividendos SicrediPar	(94)	13	264
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(68.807)	(44.010)	(18.265)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(48.523)	(48.613)	(1.173)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(656)	(2.345)	(20.089)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.389	(4)	386
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(93)	(4)	54
Redução em relações com correspondentes	19	23	110
(Aumento) em operações de crédito	(81.170)	(108.421)	(44.707)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	19.054	21.186	14.701
Redução em outros créditos	(5.481)	(6.727)	(3.469)
(Aumento) em outros valores e bens	(946)	(1.118)	(649)
Aumento em depósitos	39.498	97.120	30.941
Aumento em relações interdependências passivas	1.056	152	427
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(5.689)	(4.960)	(14)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(255)	(570)	(869)
Aumento em outras obrigações	9.990	10.271	6.086
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(54.181)	(16.034)	5.950
Aquisição de Investimentos	-	(556)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.164)	(3.013)	(2.291)
Aplicações no Intangível	(743)	(2.080)	(1.130)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.907)	(5.649)	(3.421)
Integralização de capital	1.520	2.522	2.499
Baixa de capital	(1.921)	(2.701)	(1.476)
Juros ao capital próprio	(44)	(44)	(17)
Distribuição de Sobras	-	(1.647)	(1.375)
Outras destinações	(775)	(775)	-
Reversão de reservas	(169)	(169)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(1.389)	(2.814)	(369)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(57.477)	(24.497)	2.160
Caixa e equivalente de caixa no início do período	311.018	278.038	275.878
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	253.541	253.541	278.038

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento Aliança RS/SC - Sicredi Aliança RS/SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 31/08/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 04 de Fevereiro de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	7.865	4.132
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	245.676	273.906
Total	253.541	278.038

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.788	-
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	11.788	-
Total circulante	11.788	-

Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	39.649	2.824
DI entre Cooperativas - Não Ligadas	15.262	-
DI entre Banco e Cooperativas	19.863	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	4.524	2.824
Total não circulante	39.649	2.824

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Cotas de Fundos de Renda Fixa	54.852	52.508
Total circulante	54.852	52.508

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	137.815	105.058	242.873	164.021
Financiamentos	23.281	20.305	43.586	36.675
Financiamentos rurais e agroindustriais	116.198	11.142	127.340	104.682
Carteira total	277.294	136.505	413.799	305.378

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honoradas	74	-	74	49
Títulos e créditos a receber (i)	15.949	4	15.953	10.391
Total	16.023	4	16.027	10.440

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	-	11	-	-
Nível A	0,50	127.783	116.002	639	580
Nível B	1,00	197.531	128.024	1.975	1.280
Nível C	3,00	78.480	42.679	2.354	1.280
Nível D	10,00	10.390	15.145	1.039	1.515
Nível E	30,00	5.646	4.643	1.694	1.393
Nível F	50,00	1.802	2.037	901	1.019
Nível G	70,00	1.488	756	1.042	529
Nível H	100,00	6.706	6.521	6.706	6.521
Total (i)		429.826	315.818	16.350	14.117

(i) Em 31 de dezembro de 2018 a Cooperativa possui outros créditos sem característica de concessão de crédito para os quais registrou provisão no montante de R\$ 202 (2017 - R\$ 273).

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.803	27.096	35.949	38.690	103.538	72.198
Rural	72	16.017	100.109	11.142	127.340	104.682
Industrial	766	5.389	7.263	12.747	26.165	20.058
Comércio	841	21.452	34.624	40.574	97.491	69.487
Outros Serviços	635	13.034	28.267	33.356	75.292	49.393
Total	4.117	82.988	206.212	136.509	429.826	315.818

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	43.628	10,15	32.149	10,18
50 devedores seguintes	65.787	15,31	47.406	15,01
100 devedores seguintes	51.477	11,98	38.482	12,18
Demais	268.934	62,56	197.781	62,63
Total	429.826	100	315.818	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	14.390	12.212
Constituição de provisão	7.222	8.608
Movimentação de baixados para prejuízo	(5.060)	(6.430)
Saldo final	16.552	14.390

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 2.961 (2017 - R\$ 3.174), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 10.680 (2017 - R\$ 13.551).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	66	98
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	1.852	1.697
Devedores por depósitos em garantia	145	233
Impostos e contribuições a compensar	30	42
Títulos e créditos a receber	15.949	10.390
Valores honrados	-	2
Cotas de consórcio	226	176
Devedores por convênios	2	4
Operações com cartões	353	32
Pendências a regularizar	58	1
Outros	642	197
Total Circulante	19.323	12.872
Títulos e créditos a receber	4	1
Total não circulante	4	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	2.185	1.054
Imóveis	2.053	1.003
Veículos e afins	132	51
Despesas antecipadas	40	53
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(181)	(20)
Total Circulante	2.044	1.087

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 181 (2017 - R\$ 20) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	7.935	7.379
Sicredi Participações S.A.	5.822	5.822
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	13.759	13.203

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	1.888.366 ON	1.888.366 ON	2	2	7.935.593	7.379.512
	3.933.436 PN	3.933.436 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,66%	0,67%	1,24%	1,22%	2,07%	2,10%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	5.822	5.822	2	2	7.935	7.379

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	18.833	(7.092)	11.741	10.370
Imobilizações em curso	-	779	-	779	60
Terrenos	-	3.489	-	3.489	3.489
Edificações	4%	7	(2)	5	6
Instalações	10%	5.497	(2.352)	3.145	2.924
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.653	(1.734)	1.919	1.539
Sistema de comunicação	10%	170	(72)	98	96
Sistema de processamento de dados	20%	4.188	(2.511)	1.677	1.761
Sistema de segurança	10%	611	(153)	458	253
Sistema de transporte	20%	439	(268)	171	242
Intangível (i)		8.902	(4.219)	4.683	3.527
Investimentos Confederação		8.878	(4.218)	4.660	3.527
Outros ativos intangíveis		24	(1)	23	-
Total		27.735	(11.311)	16.424	13.897

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018				2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	107.321	-	-	107.321	77.875
Depósitos Interfinanceiros	-	-	5.548	5.548	-
Depósitos a prazo	12.201	18.860	354.825	385.886	323.760
Total	119.522	18.860	360.373	498.755	401.635

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	122.491	107.016
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	122.491	107.016
Total circulante	122.491	107.016
Recursos do Crédito Rural	10.952	5.248
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	10.952	5.248
Total não circulante	10.952	5.248

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/09/2028, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	4.960
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	4.960
Total circulante	-	4.960

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Cheques administrativos	-	9
Obrigações por convênios oficiais	10	9
Provisão para pagamentos a efetuar	5.220	4.811
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	400	365
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.985	1.217
Pendências a regularizar	555	38
Operações com cartões	15.623	9.877
Demais fornecedores	670	658
Credores diversos	1.496	1.267
Total circulante	25.959	18.251

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	154	250	(107)	297
Cível	211	114	(222)	103
Total	365	364	(329)	400

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	297	154
Cível	Provável	103	211
Total		400	365

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 10; R\$ 513 e R\$ 97 (2017 - R\$ 690, R\$ 302 e R\$ 84), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	52.126	48.235
Total de associados	45.104	42.052

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 3.891 (2017 - R\$ 4.191), sendo R\$ 4.070 (2017 - R\$ 3.168) via integralização de resultados e R\$ 2.522 (2017 - R\$ 2.499), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 2.701 (2017 - R\$ 1.476).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5% em Conta Capital, no montante de R\$ 2.484, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES. Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também 4% para Outros Destinações.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2018 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 131 (R\$ 1.056 em dezembro de 2017), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais".

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	25.700	21.796
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(10.794)	(9.154)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	44	21
Provisão resgate de milhas cartão	45	23
Provisão PPR	(97)	64
Receita com atos cooperativos	7.902	6.998
Juros sobre capital próprio	1.043	766
Outros	368	(137)
Subtotal	9.305	7.735
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(1.489)	(1.419)

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	51.437	2.824
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	54.852	52.508
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	245.676	273.906
Outros Créditos - Rendas a receber	1.463	1.227
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	478	1.711
Investimentos (Nota 10)	13.759	13.203
Intangível (Nota 11)	4.660	3.527
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	133.443	112.264
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	-	4.960
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	15.799	9.864
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	4.342	4.550
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	9.930	7.714
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	18.615	27.371
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	131	1.056
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	6.201	6.113
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 21)	917	769
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 23)	8.484	7.464

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	379	0,35%	158
Depósitos a prazo	1.220	0,32%	932
Operações de crédito	3.677	0,89%	2.411

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	2.468	2.761

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	585	485
Despesa de alugueis	2.831	2.696
Despesa de comunicação	1.480	1.394
Despesa de manutenção e conservação	1.551	1.342
Despesa de material	395	334
Despesa processamento dados	482	336
Despesa de promoções e relações públicas	1.432	1.414
Despesa de propaganda e publicidade	67	120
Despesa de seguro	106	105
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.481	2.078
Despesa de serviços de terceiros	382	568
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.873	1.717
Despesa de serviços de técnicos especializados	830	712
Despesa de serviços de transportes	1.182	1.106
Despesa de viagem	174	167
Despesa de depreciação	1.574	1.221
Outras despesas administrativas	2.534	2.901
Total	19.959	18.696

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	882	1.332
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	18.154	26.723
Reversão de provisões operacionais	2.765	1.723
Outras rendas operacionais	937	1.139
Total	22.738	30.917

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	1.137	687
Contribuições Cooperativistas	118	109
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	329	270
Contribuição Confederação Sicredi	5.944	4.782
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	674	629
Encargos da administração financeira	120	150
Repasse administradora de Cartões	279	469
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	923	828
Outras provisões operacionais	3.378	2.248
Outras despesas operacionais	2.108	1.447
Total	15.010	11.619

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	157.478	115.084
Coobrigações em cessões de crédito	15	17
Total	157.493	115.101

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN n° 3.444/07 e n° 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN n° 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	136.985	119.016
Nível I (NI)	136.985	119.016
Capital principal - CP	136.985	119.016
Capital social	52.126	48.235
Reservas de capital	84.505	68.292
Lucros acumulados	5.037	4.915
Ajustes Prudenciais	(4.683)	(2.426)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	664.447	506.072
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	992	337
Margem de Capital (i)	66.226	65.542
Índice de Basileia (PR / RWA)	20,62%	23,52%
Situação de Imobilização (Imob)	11.742	11.473
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,57%	9,64%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Cristiano Piano
Diretor Executivo
CPF: 650.729.950-20

Lúcia Maria dos Santos Magnan
Diretora de Operações
CPF: 285.840.150-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20